



ID: 96213

PROJETO DE LEI

Institui o Programa Municipal de Incentivo à Contratação de Mão de Obra Local, e dá outras providências.

Sabrina Colela Prieto, Vereador(a) da Câmara Municipal de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município de Santana de Parnaíba e no Regimento Interno, submete à apreciação do Colendo Plenário o seguinte:

PROJETO DE LEI

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do município de Santana de Parnaíba, o Programa Municipal de Incentivo à Contratação de Mão de Obra Local, destinado a conceder benefícios fiscais e econômicos às empresas que contratarem, em seu quadro funcional, no mínimo 70% (setenta por cento) de trabalhadores residentes no município.

Art. 2º São objetivos do Programa:

- I fomentar a geração de empregos e renda no município;
- II estimular a fixação de empresas e investimentos produtivos locais;
- III valorizar o trabalhador residente, fortalecendo o desenvolvimento socioeconômico municipal.

Art. 3º Para efeitos desta Lei, considera-se:

- I empresa beneficiária: pessoa jurídica de direito privado, instalada ou que venha a se instalar no município, que comprove o cumprimento das condições previstas;
- II trabalhador residente: pessoa com domicílio comprovado no município há pelo menos 12 (doze) meses;





- III benefício fiscal: redução, isenção ou diferimento de tributos municipais, conforme regulamento.
- Art. 4º As empresas que aderirem ao Programa e comprovarem a contratação de, no mínimo, 70% (setenta por cento) de trabalhadores residentes no município poderão obter, conforme regulamentação:
- I redução do ISSQN;
- II redução ou isenção de IPTU incidente sobre o imóvel utilizado para suas atividades;
- III isenção de taxas municipais de alvará, licença ou funcionamento;
- IV prioridade em programas municipais de capacitação de mão de obra ou parcerias para qualificação profissional.
- Art. 5º Para acesso ao benefício, a empresa deverá comprovar:
- I regularidade fiscal perante o Município;
- II cumprimento do percentual mínimo de trabalhadores residentes;
- III inexistência de débitos com a Fazenda Municipal;
- IV compromisso de manutenção das contratações locais durante o período do benefício.
- Art. 6º O benefício poderá ser revogado a qualquer tempo, caso se verifique:
- I descumprimento dos requisitos desta Lei;
- II prestação de informações falsas;
- III encerramento das atividades antes do prazo mínimo previsto em regulamento.
- Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 90 (noventa) dias, definindo critérios, procedimentos, prazos e percentuais de benefícios.
- Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário.
- Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sabrina Colela Prieto
Sabrina Colela
VEREADORA
REPUBLICANOS





MENSAGEM AO PROJETO DE LEI

O presente Projeto de Lei tem por objetivo incentivar a geração de empregos e o desenvolvimento econômico do município, estimulando empresas locais e novas empresas a priorizarem a contratação de trabalhadores residentes.

A adoção de um percentual mínimo de 70% de mão de obra local garante que os benefícios fiscais concedidos revertam em oportunidades diretas para a população, promovendo o fortalecimento da economia interna e a valorização do cidadão do município.

Portanto, peço a aprovação dos nobres pares.

Plenário Antônio Branco, 5 de novembro de 2025.

Sabrina Colela Prieto
Sabrina Colela
VEREADORA
REPUBLICANOS

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço https://sempapel.camarasantanadeparnaiba.sp.gov.br/autenticidade utilizando o identificador 390036003200310033003A005000

Assinado eletronicamente por **Sabrina Colela Prieto** em **05/11/2025 08:08** Checksum: **3B06E380BFD3D87FBBE2B7F6B9367AEF06F5CBA52C92DCAA881F45EB06C47252**

